

POR UMA PSICOLOGIA BRASILEIRA RACIALIZADA: CONTRIBUIÇÕES DE CIDA BENTO E LÉLIA GONZALEZ

*TOWARDS A RACIALIZED BRAZILIAN PSYCHOLOGY:
CONTRIBUTIONS OF CIDA BENTO AND LELIA GONZALEZ*

*HACIA UNA PSICOLOGÍA BRASILEÑA RACIALIZADA:
APORTES DE CIDA BENTO Y LÉLIA GONZÁLEZ*

Hilana Sousa Ferreira ¹, Anne Beatriz Nogueira Saraiva ¹ e
Aluísio Ferreira de Lima ¹

¹ Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil

Resumo: A colonialidade, entendida desde a proposição original de Anibal Quijano e a sua apropriação realizada por autoras feministas da América Latina e do feminismo negro interseccional, é a aplicação, em larga escala, de um projeto colonial com pretensões universalistas que faz uso do racismo e do patriarcado para legitimar e produzir vidas para o capitalismo. A Psicologia brasileira, estruturada a partir desse formato, produz e reproduz esse projeto universalista em suas proposições. Temos como objetivo apresentar as contribuições de Cida Bento e Lélia Gonzalez, que há décadas produzem conceitos nas ciências humanas e que, entretanto, não são costumeiramente lembradas em cursos de Psicologia. Acreditamos que a introdução de saberes produzidos pelo pensamento negro contribui para a construção de uma Psicologia racializada e descolonizada, atenta ao seu fazer através de conceitos produzidos na realidade brasileira, como os estudos sobre “branquitude” e a “dinâmica do racismo e do sexismo à brasileira”.

Palavras-chave: Psicologia Social, Racismo, Sexismo, Cida Bento, Lélia Gonzalez.

Abstract: Coloniality, understood from Anibal Quijano's original proposal and its appropriation by feminist authors from Latin America and intersectional black feminism, is the large-scale application of a colonial project with universalist pretensions, which makes use of racism and patriarchy to legitimize and produce lives for capitalism. Brazilian Psychology, structured based on this form of social administration, produces and reproduces this universalist project in its proposals. In this article, we aim to present the contributions of Cida Bento and Lélia González, who have been producing concepts for the human sciences for decades and who, however, are not usually remembered in Psychology courses. We believe that the introduction of knowledge produced from black thought contributes to the construction of a racialized and decolonized Psychology, attentive to its practice through concepts produced in the Brazilian reality, such as studies on “whiteness” and the “dynamics of racism and sexism in the Brazilian way”.

Keywords: Social Psychology, Racism, Sexism, Cida Bento, Lélia Gonzalez.

Resumen: La colonialidad, entendida desde la propuesta original de Aníbal Quijano y su apropiación por autoras feministas de América Latina y el feminismo negro e interseccional, es la aplicación a gran escala de un proyecto colonial con pretensiones universalistas, que hace uso del racismo y el patriarcado para legitimar y producir vidas para el capitalismo. La Psicología brasileña, estructurada a partir de esta forma, produce y reproduce en sus propuestas este proyecto universalista. Pretendemos presentar los aportes de Cida Bento y Lélia González, quienes llevan décadas produciendo conceptos en las ciencias humanas y que, sin embargo, no suelen ser recordadas en los cursos de Psicología. Creemos que la introducción de conocimientos producidos por el pensamiento negro contribuye para la construcción de una Psicología racializada y descolonizada, atenta sus prácticas a través de conceptos producidos en la realidad brasileña, como los estudios sobre la “blanquitud” y las “dinámicas del racismo y el sexismo al estilo brasileño”.

Palabras clave: Psicología Social, Racismo, Sexismo, Cida Bento, Lelia González.

Ensaiaando inícios

Aníbal Quijano foi o autor que cunhou o termo colonialidade (Quijano, 2007), mais especificamente a colonialidade do poder, realizando sua distinção em dois eixos fundamentais: capital/trabalho e europeu(eia)/não europeu(eia). Com a articulação desses dois eixos, Quijano sustenta que o racismo (que na perspectiva da colonialidade está relacionado ao etnocentrismo) foi utilizado de forma estratégica para organizar e distribuir a riqueza, a política e a administração da existência. A colonialidade, assim, pode ser considerada como uma grande redoma resistente ao espaço-tempo que permeia todas as esferas das relações sociais através de exercícios de poder concretos e relacionais, que resistem como marca da diferença colonial. Essa colonialidade tem como um de seus efeitos principais a invenção dos outros, colonizados, operacionalizada pela “sua plena redução a seres primitivos, menos que humanos, possuídos satanicamente, infantis, agressivamente sexuais, e que precisavam ser transformados” (Lugones, 2014, p. 941).

Em uma ampliação dessa concepção, a proposta de Denise Ferreira da Silva (2022) pode ser considerada como uma contribuição significativa, uma metodologia de des-pensar o mundo ocidental, uma vez que a autora discute, de forma profunda, a maneira como aprendemos sobre a suposta universalidade que é atravessada pela ideia de um “eu transparente”. Isso porque, em sua leitura, a colonialidade não é uma experiência territorial, um resultado do *modus operandi* a partir das invasões bárbaras europeias em determinadas regiões do planeta, com intuito de expansão imperialista.

Seguindo as pistas de teóricas feministas da América Latina sobre o conceito de Quijano (Lugones, 2014 & McClintock, 2010) — o qual parece ignorar o fato de que, no que diz respeito à raça, as questões de gênero estão indissociadas do imaginário —, acreditamos que a colonialidade é a aplicação, em larga escala, de um projeto ordenado de predação, mobilizado pelo capital e justificado pelo racismo e pelo patriarcado. A colonialidade é, portanto, um sistema de expropriação radical que ultrapassa a espoliação da própria vida, colonizando corpos e subjetividades para o funcionamento do capital.

É preciso lembrar que Neusa Santos Souza (2021), no início dos anos de 1980, apresentou, em sua dissertação de mestrado, como o “tornar-se negro” no Brasil é um processo doloroso, resultante das manutenções do racismo e do massacre de identidades nas estratégias de ascensão social. Sueli Carneiro (2023), por sua vez, identificou como os dispositivos de racialidade, a construção do outro, no caso do negro e, mais especificamente, da mulher negra, ocorre, ao invés do reconhecimento da face do outro, a partir de uma ética levinasiana europeia, pela negação, pela condição de não ser, enquanto instância de fundamento do ser. Esse dispositivo de racialidade ganha uma dimensão específica, pois opera e é operado pelo biopoder. Assim, ao ser “combinado com o racismo, o biopoder promove a vida da raça considerada mais sadia e mais pura e promove a morte da raça considerada inferior” (Carneiro, 2023, p. 13).

As questões ontológicas e epistemológicas, que definem e hierarquizam humanidades, denotam futuros para algumas vidas e condenam à aniquilação e ao esquecimento tantas outras, no processo de expansão territorial capitalista colonial. A ciência, como instituição fundante da modernidade, não pode deixar de recordar, a todo momento, a sua origem nessa colonialidade, nem pode se abster de sua responsabilidade no processo de colonização. Seus ideais de cientificidade, que acatam, até hoje, uma suposta neutralidade e uma superioridade das diferenças individuais e de processos humanos, esquecem, propositalmente, que “a ciência é um texto contestável e um campo de poder” (Haraway, 1995, p.11). O imbróglio do que é científico na

Psicologia nasce e se desenvolve a partir desse referencial de ciência humana e, como assinala Aluísio Ferreira de Lima (2024a), em suas tentativas de negação desse lugar:

quanto mais voltada para uma pretensa neutralidade, objetividade, natureza e organismo, reduzindo pessoas e suas experiências únicas e singulares, com seus corpos cujas “geografias de identidades [são] formadas por ‘países’ superpostos, adjacentes e diversos” (Anzaldúa, 2021, p. 112), à genética, ao cérebro ou a um suposto ajustamento de comportamento social adequado, mais distante está da compreensão e cuidado das pessoas para quem dizem ter a função de existir (Lima, 2024a, p. 186).

Nesse cenário, em que as práticas e ideias propostas sustentam o discurso de que buscam ações cientificamente comprovadas e regulamentadas, populações que não estão incorporadas à ideologia de um eu-transparente — racional, branco, de determinada classe social, gênero etc. — continuam a aparecer somente em artigos, capítulos e livros na condição de objetos que, para não conflitar com a humanidade óbvia do pesquisador, são convertidos em objeto-não humano-manipulável. Assim, desconsiderando, apagando e produzindo esquecimento de pesquisas que ousaram desmontar a neutralidade e denunciar os efeitos de produção de verdade nos corpos e subjetividades.

Na esteira das inquietações dessas autoras acerca das problemáticas relativas à produção científica e acadêmica que, de forma hegemônica, reproduzem, no campo das psicologias, o pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022), o presente artigo aposta na possibilidade de pensar uma Psicologia comprometida com a realidade social brasileira, atenta às lógicas colonizadoras persistentes nessa ciência e inventiva de estratégias combativas e curativas dessa ferida colonial.

Dito isso, objetivamos apresentar as contribuições das autoras Cida Bento e Lélia Gonzalez para a construção de uma Psicologia radicalizada. A escolha por essas duas intelectuais negras se dá pelo reconhecimento de que, há décadas, elas conversam com o campo da Psicologia e apresentam contribuições interseccionais a este, em específico sobre as categorias de gênero e raça. Apesar dessas contribuições, no entanto, se encontram fora do currículo de formação de psicólogos/as brasileiros/as. Do mesmo modo, consideramos que a escrita do presente ensaio significa encarar o feminismo como um compromisso político contra as políticas de exclusão (Hooks, 2019) e, ainda, como base epistemológica responsiva às implicações históricas que, na contemporaneidade, continuam a estabelecer posições discriminatórias.

A partir de uma discussão que toma por base as proposições de Cida Bento e Lélia Gonzalez, faremos um exercício de pensar o que pode a Psicologia frente às questões da atualidade e as condições de sustentação de um posicionamento ético-político que estilhasse o pacto da branquitude. Outrossim, como propõe Maria Lugones (2014, p. 936), fazer um exercício de imaginação sobre “como pensar sobre interações íntimas e cotidianas que resistem à diferença colonial”, o que fez resistência e persiste desfazendo o nó da colonização, fazendo-a fracassar.

No que se refere ao método, trata-se de um estudo teórico-crítico, a partir de livros publicados pelas autoras Cida Bento e Lélia Gonzalez. A escolha das obras, após sua leitura, teve como critério as produções que sinalizam conceitos-chave e ideias originais que possam contribuir para o debate crítico, no campo das psicologias. Desse modo, foram escolhidos e analisados os seguintes textos: de Cida Bento os livros *O pacto da branquitude* (2022) e *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (2017), este último organizado

em parceria com Iray Carone; de Lélia Gonzalez quatro ensaios, intitulados *A mulher negra na sociedade brasileira* (1982/2020), *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1983/2020); *Por um feminismo afro-latino-americano* (1988/2020) e *A mulher negra no Brasil* (1995/2020).

Acreditamos que o presente artigo, ainda que não se trate de um estudo epistemológico e comparativo dessas autoras, pode contribuir de maneira potente para diversas abordagens do campo psicológico, uma vez que apresenta os estudos de intelectuais negras que oferecem a possibilidade de ampliação das compreensões dos processos sociais envolvendo questões de raça, gênero e classe.

Assim, este artigo representa um compromisso que compreende, como parte da reparação histórica, retomar e recolocar os problemas científicos, movimentar as bases epistemológicas, racializando as discussões no âmbito da Psicologia, em especial, a brasileira. Trata-se, portanto, daquilo que Ochy Curiel (2020, p.134) assinala como a necessidade de conhecer teorias e conceitos que emergem de vivências subalternas, à margem da norma, sobretudo porque estas possibilitam “generalizar sem universalizar, de explicar realidades diferentes contribuindo com o rompimento da ideia de que esses conhecimentos são locais, individuais e incomunicáveis”.

Outrossim, acredita-se que o formato de artigo possibilita um maior alcance de graduandos/as às discussões postuladas pelas duas intelectuais, as quais têm grande importância para uma ciência brasileira comprometida com as questões que lhe tocam. Suas contribuições seriam o que Aluísio Lima chama de “seguir na busca de um trabalho no qual a narrativa atravessasse a fantasia social que a coloca na condição de ‘inimaginável’. Palavra esta perigosa, pois, juntamente com outras como ‘impossível’, ‘insuportável’ etc., impede o acesso às histórias de tantas mulheres negras, indígenas, mantendo-as fora da possibilidade de serem pensadas e retomadas no presente” (Lima, 2024b, p. 43).

Cida Bento e Lélia Gonzalez: mulheres negras que são referências-chave para pensar uma Psicologia racializada

Apresentar Maria Aparecida da Silva Bento, mais conhecida como Cida Bento, e Lélia Gonzalez, mesmo que de forma breve, é uma tarefa extremamente difícil, entretanto necessária, dada a invisibilidade das produções do pensamento negro, sobretudo de mulheres negras, no Brasil.

Cida Bento é psicóloga, atuante no meio acadêmico e no movimento social, “deve ser lembrada como pioneira na discussão sobre branquitude na psicologia social do racismo no Brasil” (Souza, 2022, p. 44), tendo defendido, em 2002, sua tese em Psicologia intitulada *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*, pela Universidade de São Paulo. É uma das fundadoras do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT), que tem como objetivo a promoção da equidade racial e de gênero na sociedade brasileira. Além disso, foi professora visitante na Universidade do Texas, em Austin, nos Estados Unidos.

Falar de suas raízes, algo tão caro para pessoas negras, remete ao fato de que Cida Bento nasceu na Zona Norte de São Paulo, no Bairro Casa Verde. Cida Bento é filha de Ruth e João, sua mãe trabalhou por muito tempo como servente e seu pai a vida inteira como motorista. Com ela, são oito filhos. Foi a primeira da família a concluir o ensino superior. Apesar de suas qualificações, Bento enfrentou muitas recusas em processos seletivos, tal como acontecia com seus irmãos que também tinham ensino superior. Todos participavam de seleções, porém não

eram escolhidos para as vagas de emprego. A partir disso, a autora passou a identificar um padrão: pessoas negras, por mais qualificadas que fossem, não eram contratadas, ao contrário de pessoas brancas, tendo elas currículos equivalentes ou até mesmo inferiores. Dada essa identificação, Cida Bento voltou suas pesquisas de mestrado e doutorado para os estudos sobre discriminação racial e branquitude.

Tendo em vista esse processo experienciado por Cida Bento e seus irmãos, podemos refletir sobre o quanto as experiências de pessoas negras precisam ser discutidas dentro da Academia (e fora dela), o que se torna possível a partir do momento que temos a inserção desses corpos dentro das universidades, sendo possível, então, apontar falhas e reivindicar uma literatura enegrecida, bem como professores/as que tenham letramento racial. Esse movimento tensiona as bases teórico metodológicas, provocando uma descentralização do conhecimento, levando em consideração que, comumente, a branquitude ocupa o centro das discussões, uma vez que “sua essência, diz respeito a um conjunto de práticas culturais que são não nomeadas e não marcadas” (Bento, 2022, p.62).

Dado o envolvimento com a temática das relações raciais, Cida Bento participou como organizadora do livro *Psicologia social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, publicado em 2002. Essa obra é resultado da pesquisa, realizada pela Dra. Iray Carone, seus orientandos e colegas psicólogos/os, acerca da negritude em São Paulo, tendo como foco o estudo dos efeitos psicológicos provocados pelo legado de branqueamento na construção da identidade negra, considerando o impacto do racismo presente na sociedade brasileira.

Lélia Gonzalez, por sua vez, foi professora, tradutora, antropóloga, filósofa e historiadora, ativista no Movimento Feminista e cofundadora do Movimento Negro Unificado, no Rio de Janeiro. São poucas palavras que indicam, no entanto, um enorme e diversificado currículo: as graduações em História, Geografia e Filosofia, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro; o doutorado em Antropologia Social, pela Universidade de São Paulo; o estudo de línguas estrangeiras; a atuação como professora da PUC-Rio (1978-1989); e a presença ativa em congressos e movimentos sociais antirracistas e antissextistas (Ratts & Rios, 2010).

Entretanto, assim como fizemos na breve apresentação de Cida Bento, é preciso que falemos também da menina Lélia de Almeida. Natural de Belo Horizonte, segunda filha mais nova de uma família de dezoito irmãos, de mãe indígena trabalhadora, como empregada doméstica, e de pai negro trabalhador ferroviário. Lélia se mudou para o Rio de Janeiro aos 7 (sete) anos, após a morte do pai, por conta da oportunidade oferecida ao seu irmão mais velho de construir uma carreira no futebol. É no Rio que ela se torna a jovem estudiosa que se opôs à oferta de trabalhar em casa de família, destino traçado para as meninas negras de sua idade, sustentando o seu desejo de estudar e se distanciando das repetições históricas que esse país havia predestinado a ela (Ratts & Rios, 2010).

Traçar a trajetória da menina à intelectual se faz preciso, pois é essa trajetória que marca o fazer científico de Lélia Gonzalez, a sua compreensão crítica e imanente da realidade brasileira. Conhecendo a sua história, percebemos o quanto o seu teorizar maduro estava alinhado com o que foi vivenciado em sua juventude, o que se deve, podemos supor, à sua atenção ao quanto a realidade do racismo e do sexismo ainda se evidenciava para tantas outras meninas negras do Brasil.

Diferentemente da autora anterior, no currículo de Lélia Gonzalez não há nenhum vínculo específico com a Psicologia, apesar de uma célere aproximação com a Psicanálise Lacaniana, na década de 1970. No entanto, há alguns pontos a serem considerados em sua obra escrita que justificam a sua relevância para a formulação de uma Psicologia comprometida eticamente com o povo brasileiro e as suas querelas: 1) a documentação do racismo à brasileira, utilizando-se de concepções de consciência e memória; 2) a sua preocupação com questões referentes à repro-

dução e à repetição de papéis sociais, mais especificamente no que tange à designação de papéis hostilizados às mulheres negras; 3) e a sua formulação de uma neurose cultural brasileira, que adentra uma interessante discussão sobre linguagem e identificação.

Lélia Gonzalez (1983/2020) trilha um caminho de história à contrapelo da história brasileira, composta por um nó entre o mito da democracia racial e as políticas de branqueamento. A antropóloga, ao trabalhar com os conceitos de consciência e memória, próxima de concepções psicanalíticas nas quais a memória é sinônimo de inconsciente, conceitua que há uma história “oficial” do povo brasileiro, que perpetua uma ideia de harmonia racial, contada pelo discurso da consciência. Simultaneamente, há práticas e discursos massivos de branqueamento e miscigenação da população que pregam a desvalorização do ser negro e que funcionam em um nível mnemônico de um saber que não se quer saber, que entra em conflito com o discurso da democracia racial.

A análise rigorosa da realidade brasileira, desse modo, não se furta à investigação dos mecanismos próprios à democracia racial: recorrentes violências racistas sob a face da divulgação de uma harmonia racial. É fazendo uso da festa de Carnaval, por exemplo, que Gonzalez (1983/2020) narra como as culturas negra e indígena são, em momentos de publicização do Brasil, valorizadas e celebradas no país. Enquanto, no cotidiano da população brasileira, a negritude recebe a insígnia do negativo, que deve ser silenciado ou branqueado, como as práticas e os discursos eugenistas vigentes no século XX já comunicavam explicitamente.

O encontro entre a crítica ao pacto narcísico da branquitude e as contribuições para uma Psicologia afro-latino-americana

O aprofundamento de Cida Bento em seus estudos sobre branquitude nos traz aportes para pensar os pactos narcísicos entre os brancos, teorização que desenvolveu a partir do conceito psicanalítico de Sigmund Freud. Tal qual Narciso, uma figura mitológica que se apaixona por sua imagem refletida na água e, na tentativa de alcançá-la, acaba morrendo afogado, podemos pensar a branquitude com essa característica marcante de contemplar apenas o que se mostra como semelhante. Como resultado, temos as desigualdades e a manutenção dos privilégios de um grupo em relação a outro.

Assim, não é à toa que mesmo os pesquisadores mais progressistas não percebam o seu grupo racial, que implica um processo indiscutivelmente relacional. Não é por acaso a referência apenas a problemas do Outro, o negro, considerado diferente, específico, em contraposição ao humano universal, o branco. (Carone & Bento, 2002, p. 45-46).

O exposto acima nos propicia uma maior compreensão de como a branquitude atua e, se fizermos uma análise acerca da construção da Psicologia, podemos apontar que esse pacto narcísico se apresenta muito bem articulado, levando em consideração o epistemicídio de autores e autoras negras. Com isso, têm-se o afastamento das questões raciais, uma vez que tornam-se centrais as produções de autores brancos, em especial homens brancos europeus. Logo, passamos por um processo de colonização do saber, atuando apenas com o modelo de subjetividade branca, sendo as questões da população negra negligenciadas.

Atenta a essa lógica de afirmação-negação da negritude, Lélia Gonzalez (1983/2020) argumenta que a sociedade brasileira funciona conforme a égide de uma neurose cultural. Em

uma neurose, tal como postulada por Freud (1924/2011), existem materiais psíquicos que, pela sua carga conflitiva com o Eu, se encontram recalçados, sob o domínio do inconsciente. A negação de uma ideia conflituosa não se dá sem marcas, ela estabelece um compromisso, um sintoma. Uma neurose cultural brasileira, nesse sentido, estaria fundada perante a negação de um passado escravocrata e no apagamento ou na fuga de um desejo pelo negro, engendrando sintomaticamente como compromisso, o racismo (Gonzalez, 1983/2020).

Gonzalez (1995/2020), buscando desatar o nó que compõe o racismo e o sexismo à brasileira, pormenoriza as amarrações que fundamentam a atualização desse nó, como é o caso da duplicidade nas representações sociais, como mulata e como trabalhadora doméstica, das mulheres negras. A intelectual atenta à realidade social das mulheres brasileiras e à luta feminista por espaço no mercado de trabalho, descreve como as mulheres negras, postas em um imaginário social, encontravam dificuldades para conseguir empregos fora dos âmbitos domésticos e da mercantilização sexualizada do seu ser, como é o caso da mulata que vira produto de exportação, pela sua suposta natureza exótica e erótica (Gonzalez, 1995/2020). Neste último caso, Gonzalez evidencia como a objetificação e a comercialização do corpo de mulheres negras se mostram positivados pela branquitude, por meio da criação da profissão de mulata:

A profissão de mulata é exercida por jovens negras que, num processo extremo de alienação, imposto pelo sistema, submetem-se à exposição de seus corpos [...]. A origem de tal profissão se encontra no processo de comercialização e distorção (para fins não apenas ideológicos) de uma das mais belas expressões populares da cultura negra brasileira: as escolas de samba. Sua invasão, de início por representantes dos setores ditos progressistas e, em seguida, pelas classes média e alta que introduziram uma série de valores diretamente oriundos do sistema hegemônico, culminou com esse tipo de manipulação/exploração sexual, social e econômica de muitas jovens negras de origem humilde (Gonzalez, 1982/2020, p.59-60).

Para Gonzalez tais representações se devem à marca colonial do papel de mucama relegado às mulheres negras e que, até então, se repetia com outras roupagens nas relações sociais estabelecidas sustentadas pela branquitude. Desse modo, tornando imprescindível a discussão e a compreensão acerca da herança da branquitude e seus impactos na subjetividade da população negra.

O debate apresentado no livro *O pacto da branquitude*, de Cida Bento (2022), parece corroborar potencialmente a discussão sobre a herança da branquitude nas relações sociais e subjetivas da população brasileira, uma vez que ela amplia as análises de Lélia a esse respeito. Convocando-nos a pensar, criticamente, sobre como o acordo, não verbalizado, de autopreservação de pessoas brancas pode ser visto em diversos âmbitos da sociedade, o que contribui, cada vez mais, para a ascensão de homens brancos ao poder, estando eles não só gerindo empresas, mas também um Estado, haja vista o grande índice de figuras masculinas assumindo cargos de alta liderança. A consequência disso é a relação de dominação estabelecida sobre aqueles que são tidos como “diferentes”.

A autora é enfática ao assinalar que se fala “muito na herança da escravidão e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas” (Bento, 2022, p.23). É muito evidente, em sua discussão, como os efeitos do pacto da branquitude constituem parte de uma tecnologia colonial que atravessa todas as relações e saberes. Dessa forma, seus efeitos seguem naturalizando que um número reduzido de seus sujeitos são a base do status plenamente humano, enquanto uma parcela imensa da sociedade brasileira é colocada em segundo plano e usada como mercadoria.

Obviamente, as autoras não se deixam capturar pelo pessimismo do presente e os desafios de superação de uma história de massacres em todos os níveis contra pessoas negras. Elas assinalam a existência de fantasmas, vestígios e fragmentos de resistência que permitem considerar que uma vez que as relações são estabelecidas socialmente e fomentam a criação de identidades, nas contradições e atualizações, determinados processos políticos situados em encruzilhadas éticas e morais podem produzir horizontes de insurgência.

O resgate da figura da ama-de-leite, presente do imaginário brasileiro, é exemplar no caso da análise de Lélia Gonzalez. Para ela, essa mulher falante do pretuguês, ao exercer a função materna desde a fundação do que se chamaria Brasil, transmitiu à criança brasileira a linguagem e os significantes da mãe preta residente de uma América africana — uma améfrica (Gonzalez, 1983/2020). É com esse movimento, de certo modo espontâneo, em uma cadeia de imposições, que a subversão da mãe preta se encontra. Essa personagem foi a grande responsável por amefricanizar o Brasil, por inserir em cada brasileiro uma cadeia de significantes específicos. O pretuguês é, para Gonzalez (1983/2020), a linguagem própria dos brasileiros, uma língua permeada por símbolos e rastros africanos e indígenas.

É ao postular a posição subversiva da mãe-preta que Gonzalez (1983/2020) dá uma guinada importante nas compreensões sobre o lugar da mulher negra na sociedade brasileira, pois é o momento de seu pensamento em que é possível tensionar “o sistema global capitalista colonial como exitoso em todos os sentidos na destruição dos povos, relações, saberes e economias” (Lugones, 2014, p.942) e cogitar o processo de colonização como alvo ininterrupto de resistências. Lélia Gonzalez propõe, nesse sentido, uma nova imagem para a mãe preta: a falante, que amarra signos, culturas, palavras, que cria e escreve rupturas simbólicas na cultura brasileira.

Algumas últimas considerações para pensar as psicologias

Como é possível observar nessas breves linhas, os estudos de Cida Bento e Lélia Gonzalez são cruciais para pensarmos sobre a forma como o colonialismo e a branquitude se organizam desde a escravização, dado que o olhar para esse período, por vezes, é voltado apenas para o legado de escravizado que o negro carrega, até hoje, isentando o branco de suas responsabilidades. As produções de Cida Bento e Lélia Gonzalez discutidas neste artigo nos direcionam para um longo caminho a ser percorrido frente à descolonização da Psicologia, algo tão urgente para o nosso tempo e as questões que se impõem a ele.

A excelência das contribuições de Lélia Gonzalez para a construção de políticas públicas para as mulheres brasileiras e, sobretudo, para as mulheres negras, é inegável. Sua atuação concreta e seus discursos em diversos eventos nacionais e internacionais, que hoje acessamos pelo nome de intervenções, são evidências do seu comprometimento em denunciar e resistir às violências produzidas “nos porões de uma sociedade cujos sistemas de classificação social e econômico fazem da mulher negra o foco, por excelência, de sua perversão” (Gonzalez, 1988/2020, p.268).

Entretanto, sua ausência, assim como a de Cida Bento, é sentida na formação em Psicologia no Brasil, o que nos mostra que, mesmo sendo uma autora que apresenta uma larga contribuição no campo da Psicologia e das relações raciais, seus trabalhos, em grande medida, ainda são apenas acessados fora da universidade, a partir de motivações pessoais ou da oferta de grupos de estudo propostos por movimentos sociais.

Acreditamos que este artigo tenha assinalado que as possibilidades de racializar as discussões dentro da Psicologia Brasileira são possíveis, a partir dos estudos de intelectuais negras, e como isso é possível ampliar o debate sobre o fazer da Psicologia e contribuir com sua descolonização por meio de conceitos localizados/forjados na realidade brasileira, tais como os postulados por Cida Bento e Lélia Gonzalez. Uma vez que “descolonizar implica estilhaçar as velhas sedimentações culturais, intelectuais e políticas” (Veiga, 2019, p.247), fica evidente, no trabalho das autoras, que as contribuições de intelectuais negras podem contribuir, de forma significativa, para quebrar o pacto narcísico da branquitude presente nos moldes da Psicologia Brasileira. Além disso, é urgente que a Psicologia se volte para pautas que se fazem presentes em nosso cotidiano, mas que, infelizmente, são apenas pinceladas (às vezes nem isso) ao longo da formação. A ausência dessas pautas na formação em Psicologia implica, diretamente, na escuta da/o Psicóloga/o, sendo esta/e a “principal tecnologia terapêutica de diferentes abordagens clínicas” (Veiga, 2019, p. 244), bem como é o que caracteriza a atuação da/o profissional de Psicologia.

A potência do artigo, assim, se apresenta na crítica acerca dos moldes sob os quais a Psicologia Brasileira se organizou, criando uma lacuna abissal, tanto na formação de profissionais da área no Brasil quanto na prática cotidiana da profissão. Outra contribuição deste estudo está na constatação de que se torna cada vez mais urgente a necessidade de ampliar as bases e de tratar com seriedade questões até agora comumente ignoradas pela Psicologia. É evidente que, com a introdução de outros saberes não brancos e não hegemônicos, teremos a possibilidade de uma Psicologia brasileira diversa e radicalizada, atenta às demandas de sujeitos, para além de um suposto sujeito branco dito universal.

Referências

- Bento, C.** (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Carone, I. & Bento, M. A. C.** (2002). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Vozes Limitadas.
- Carneiro, S.** (2023). *Dispositivo da racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Zahar.
- Curiel, O.** (2020). Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In de Hollanda, H. B. (Org.), *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. (pp. 121-138). Bazar do Tempo.
- Freud, S.** (2011). A perda da realidade na neurose e na psicose. In Freud, S. *Obras completas volume 16: o eu e o id, autobiografia e outros textos*. (pp. 214-221). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1924).
- Gonzalez, L.** (2020). A mulher negra no Brasil. In Lima, M. & Rios, F. (Orgs.), *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. (pp. 158-170). Jorge Zahar Editor (Trabalho original publicado em 1995)
- Gonzalez, L.** (2020). A mulher negra na sociedade brasileira. In: Lima, M. & Rios, F. (Orgs.), *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. (pp. 49-64). Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1982)
- Gonzalez, L.** (2020). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Lima, M. & Rios, F. (Org.), *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. (pp. 75-93). Jorge Zahar Editor (Trabalho originalmente publicado em 1983)
- Gonzalez, L.** (2020). Por um feminismo afro-latino-americano. In: Lima, M. & Rios, F. (Org.), *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. (pp. 139-150). Jorge Zahar Editor (Trabalho original publicado em 1988)
- Haraway, D.** (1995) Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 07-41.
- Hooks, B.** (2019). *Teoria feminista: da margem ao centro*. Perspectiva.
- Lugones, M.** (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, 22(3), 935-952.
- Lima, A. F.** (2024a). Grito, narração, escrita: resistência do objeto e pesquisa da identidade metamorfose na perspectiva da Psicologia Social Crítica. In Oliveira, E. A. & Sathler, C. N. (Orgs.). *Por entre sangue, pus e suor: nas tessituras de uma psicologia encarnada*. (pp. 185-202). Devires.
- Lima, A. F.** (2024b). Escutar o que foi silenciado, ler o que nunca foi escrito e escrever sobre narrativas impossíveis: fabulação crítica e insurgência à morte do narrador. In Lima, A. F. & Rosa-Rodriguez, Y. (Orgs.), *Caminhos da pesquisa de gênero e sexualidade: perspectivas da América Latina e Caribe* (pp.27-50). Sulina.
- McClintock, A.** (2010). *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Editora da Unicamp.
- Quijano, A.** (2007). Colonialidad del poder y clasificación social. In S. Castro-Gómez & R. Grosfoguel (Orgs.), *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Siglo del Hombre Editores. Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana.
- Ratts, A. & Rios, F.** (2010). *Lélia Gonzalez*. (1a ed). Selo negro. (Coleção Retratos do Brasil negro).
- Silva, D. F.** (2022). *Homo Modernus: para uma ideia global de raça*. Cobogó.
- Souza, N. S.** (2021). *Tornar-se negro ou As vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social*. Zahar.
- Souza, R. M. de** (2022). Relações raciais e saúde: cientistas negras da psicologia. In Oliveira, R. M. de S, Silva, K. C. A da, Santana, A. F. de S. (Org.). *Psicologia na UFRB: diversidade e territorialidade*. EDUFRB.

Veiga, L. M. (2019). Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31, 244-248.

HILANA SOUSA FERREIRA

<https://orcid.org/0000-0001-5767-8128>

Psicóloga, mestranda pelo Programa de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). É bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

Email: hilanasferreira@gmail.com

ANNE BEATRIZ NOGUEIRA SARAIVA

<https://orcid.org/0000-0002-7879-8804>

Psicóloga, mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). É bolsista da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Email: annebeatrizns@alu.ufc.br

ALUÍSIO FERREIRA DE LIMA

<https://orcid.org/0000-0001-9747-4701>

Doutor em Psicologia Social. Professor do Departamento de Psicologia, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Ceará (UFC). É bolsista de Produtividade PQ1D do CNPq.

Email: aluisiolima@ufc.br

Histórico	Submissão: 09/09/2024 Revisão: 17/10/2024 Aceite: 18/10/2024
Contribuição dos autores	Conceitualização: HFS; ABNS Curadoria de dados: HFS; ABNS; AFL Análise formal: AFL Investigação: HFS; ABNS Metodologia: HFS; ABNS; AFL Escrita original: HFS; ABNS; AFL Escrita - revisão e edição: AFL
Financiamento	Hilana Sousa Ferreira - Bolsa de Mestrado. Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Bolsa de Formação Acadêmica, processo nºBMD-0008-02499.01.08/23) Anne Beatriz Nogueira Saraiva - Bolsa de Mestrado. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Programa de Demanda Social – DS/CAPES, processo nº 23067.052874/2023-78) Aluísio Ferreira de Lima. Bolsa de Produtividade em Pesquisa. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Bolsa de Produtividade - PQ 1D, processo nº 314112/2021-9)
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica
Aprovação, ética e consentimento	Não se aplica